

SOBRE O TERRITÓRIO E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS:  
A Resistência às Hidrelétricas no Vale do Ribeira (SP/ PR)

Renato Domingues Fialho Martins

IPPUR/ UFRJ

2006

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do acúmulo de atividades desenvolvidas no Projeto de Pesquisa SETMACS (Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social), que por sua vez encontra-se inserido no Laboratório ETTERN (Estado, Trabalho, Território e Natureza) do IPPUR/ UFRJ. Dentre as atividades desenvolvidas no ETTERN destaca-se a coleta de informações acerca de diversas barragens no Brasil que são (ou foram) foco de conflitos sociais e ambientais. O contato com essas informações, além das discussões, experiências e conhecimentos adquiridos ao longo do curso de especialização do IPPUR, possibilitou a construção deste artigo final.

O tema sobre o qual discorreremos a seguir passa pela questão da construção, implementação e operação das Usinas Hidrelétricas (UHE) e da, conseqüente, formação das barragens. A formação das barragens em função dos aproveitamentos hidrelétricos se traduz, de maneira geral, no deslocamento compulsório das famílias “alagadas”, de alterações no microclima local, perdas de terras férteis, assoreamento do rio, queda da diversidade na flora e fauna, em especial as espécies aquáticas, interferências na esfera econômica, social, e cultural das populações atingidas. Se utilizarmos um linguajar mais científico, poderemos falar em “desterritorialização” das populações que vivem próximas ao rio.

Normalmente, os estudos sobre os aproveitamentos hidrelétricos ignoram ou subestimam a complexidade da interferência na organização do espaço provocada pelas barragens. Frequentemente, os chamados Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) apresentam dados quantitativos distantes do que realmente acabam por se concretizar. Os números de produção de energia (MW) ficam aquém dos estimados, assim como as famílias deslocadas e os impactos sociais e ambientais. Quanto aos custos de construção e implementação das UHEs, na maioria das vezes, são superiores aos programados nos projetos.

Apenas para se ter uma rápida noção da importância das barragens no mundo, estima-se que existam aproximadamente entre 40 e 80 milhões de pessoas atingidas por barragens no mundo, e um milhão delas somente no Brasil. Para tanto, já foram construídas mais 2.000 barragens em território brasileiro e mais de 45.000 *grandes barragens* no mundo todo<sup>1</sup>, e atualmente, a hidroeletricidade

---

<sup>1</sup> Dados do Relatório da *World Commission on Dams* (Comissão Mundial de Barragens)

corresponde a 92% da matriz energética brasileira. Além disso, é responsável por mais de 90% da produção de energia elétrica em outros 23 países.

A retórica construída pelos “partidários” das barragens e pelas empresas “barrageiras” é de que o Brasil comporta um enorme potencial hidrelétrico. Segundo estas empresas, as características naturais conferem ao país uma “vocação nacional” e sendo assim, não haveria outra alternativa ao país, ao não ser investir intensamente neste modelo de gera o de energia elétrica, e qualquer movimento em contrário seria um enorme desperdício desses dotes naturais, um “entrave ao desenvolvimento”, como se costuma colocar. Um outro importante argumento utilizado, diz respeito aos custos econ micos e financeiros da constru o e opera o de hidrelétrica, que quando comparados a outras formas de produ o energética, são extremamente atraentes e vantajosos. Além do mais, a hidroeletricidade   tida como uma energia “limpa”, pois não há emissão de gases poluentes na atmosfera, como no caso das termoelétricas, e não há os riscos envolvidos da energia nuclear. Esta energia tida como limpa, na verdade, produz importantes impactos sociais e ambientais, como pretendo demonstrar ao longo do artigo.

Todavia, o conhecimento sobre as barragens abarca muito mais do que simplesmente a produ o de energia, pois envolvem, entre outras questões, importantes transforma es na organiza o do espaço. Pois há de convir que o impacto produzido pelo barramento de uma corrente d’água implica em inúmeras transforma es para o ambiente local e seus arredores, além das conseq ncias para popula o, compulsoriamente deslocada.

Se por um lado, há, nos últimos 50 anos, uma intensifica o crescente da implementa o de empreendimentos hidrelétricos causadores, como já apontado, de importantes impactos sociais; do outro lado, em contrapartida a este processo, a emergência de novos atores, os atingidos por barragens, que articulados nacionalmente, fundam nos anos 80, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). O MAB, ao reivindicar ser o representante dos atingidos por barragens, alcança expressivo renome nacional e internacional, gozando de prestígio frente aos atingidos no Brasil, e por muitas vezes chamado   mesa para negociar com as empresas barrageiras e com o Estado.

No entanto, não buscamos neste artigo estudar o movimento de maneira geral, mas sim um aspecto bastante particular da emergência desses atores: o seu território. Deste modo, o objeto de estudo deste artigo   o território dos ameaçados pelo projeto de quatro barragens no rio Ribeira de Iguape.

Alguém poderia questionar o porquê da escolha das barragens no Vale do Ribeira, dentre tantas alternativas no Brasil. A justificativa é pela característica do empreendimento hidrelétrico que desde a sua idealização pelas empresas tem provocado nas populações imediatas um intenso processo de resistência. O caso peculiar e que, talvez, seja o que o diferencie dos demais movimentos de resistências no Brasil, seja o fato de que quem lidera são as dezenas de comunidades quilombolas na região.

Particularmente, quanto aos atingidos, me atrai a idéia de se estudar o processo de territorialização desses personagens. Não temos a intenção de tratar os atingidos por barragens numa escala nacional, sequer regional, e sim na escala local. Pretendemos perceber como que, no processo de luta contra as barragens, os atingidos por barragens se territorializam, isto é, como constroem os seus territórios. Este é, portanto, o objetivo central deste trabalho.

Há ainda alguns objetivos específicos que pretendo tratar nesta pesquisa, tais como, identificar de que maneira os atingidos organizam a luta contra a barragem, de que maneira os atingidos interpretam os potenciais impactos sócio-econômico-ambientais. Aproveitaremos a oportunidade desta pesquisa para tratar de conceitos importantes para a compreensão da territorialização como a própria noção de atingido, discutida por Vainer, além do conceito de território, tratada por Haesbaert e Souza.

## 2 OS ATINGIDOS POR BARRAGEM

Para a elaboração deste artigo foram considerados e discutidos com maior profundidade, dois conceitos que julgamos fundamentais: o *território* e o *atingido por barragens*, tanto um como o outro nos auxiliarão no entendimento da territorialização dos atingidos por barragens. Compreendemos que ambos os conceitos estão intimamente ligados, de tal forma que para tornar o termo *atingido* inteligível, torna-se fundamental uma reflexão acerca da idéia de *território*.

Quem são os *atingidos por barragens*? É justamente esta questão que tentaremos responder neste capítulo, e para tal, buscaremos, principalmente, as reflexões do pesquisador Carlos Vainer sobre este objeto. Mas qual seria a importância de se estudar e compreender o significado deste conceito? Desde as primeiras grandes barragens no Brasil, verificou-se um crescimento sistemático do número de pessoas, na sua maioria populações rurais, que se viam obrigadas a se deslocar em razão de algum grande empreendimento hidrelétrico. Muitas vezes, as empresas "barrageiras", privadas ou estatais, enxergavam esses indivíduos como um entrave ao progresso e ao desenvolvimento do país. Este

pensamento a respeito do que representava o *atingido* fica claro na seguinte citação retirada de uma publicação da antropóloga Lygia Sigaud:

(...) um barranqueiro típico. Trata-se de um pobre, sub desenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, auto-suficiente, analfabeto, sem contatos com os meios de comunicação em massa, limitado aos contatos com os vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado cultural e economicamente do resto do país [SIC]. (CONGRESSO NACIONAL, 1983, p.63. In: SIGAUD, 1986).

Decerto que este modo preconceituoso de se observar o *atingido* tem se modificado desde então, no entanto, o que mostraremos ao longo desta pesquisa é que ainda encontramos resquícios desse pensamento em muitos dos documentos publicados pelas empresas do setor elétrico.

De acordo com o entendimento do próprio Vainer (2003), o conceito de *atingido* é um conceito alvo de intensos debates em virtude de ser uma disputa política. Nas palavras do próprio autor:

Ao abordar o conceito de atingido cabe deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicitar o que é que está em jogo. Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.<sup>2</sup>

A partir da clareza de que o conceito de *atingido* não é, absolutamente, um conceito neutro de significado, nem simplesmente técnico, como insistem os empreendedores da hidroeletricidade, torna-se importante investigar a evolução da interpretação acerca do termo *atingido* a partir das mais diversas óticas.

Segundo Vainer (2003), uma das concepções mais usuais, principalmente para as empresas do setor elétrico, é a que o autor denominou de *concepção territorial-patrimonialista*, na qual os *atingidos pela barragem* são somente os proprietários de terra. As relações entre as empresas e os proprietários são sempre no sentido da indenização e da tabelação de preço de terras e benfeitorias, não existe um projeto de reassentamento ou de melhoria das condições de vida dos proprietários. Esta concepção

---

<sup>2</sup> VAINER, Carlos B. O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e de diretrizes. 2003.

ignora uma grande diversidade das categorias de atingido. Podemos citar o exemplo de pescadores que vivem em função dos recursos que o rio lhe oferece, e que o barramento de um rio, que diminui consideravelmente o número de espécies da fauna aquática, o prejudica. Este mesmo pescador, um *atingido* por excelência, não necessariamente é um proprietário de terras a serem inundadas, contudo, não se encontra, no interior da *concepção territorial-patrimonialista*, um dos beneficiados pelas indenizações.

Na perspectiva de Vainer (2003), essa concepção “*vê a população como um obstáculo a ser removido, de modo a [in] viabilizar o empreendimento*”. E, além disso, “*na maioria dos casos não se reconhecia a existência de qualquer impacto social ou ambiental. O único problema era, por assim dizer, um problema patrimonial fundiário*”.

A expressão mais evidente da predominância desta estratégia nas empresas do Setor Elétrico pode ser lida no fato de que o tratamento da questão era competência – e, em algumas empresas, ainda é – dos departamentos de patrimônio imobiliário. Em poucas palavras, nesta concepção, não há propriamente impactos, nem atingidos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos atingidos; o que há é o direito de desapropriação por interesse público exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário negociará com os proprietários o valor justo de suas propriedades. Frente a este direito do empreendedor, o único outro direito reconhecido é o direito de propriedade. (VAINER, 2003).

Outra concepção a respeito do conceito de *atingido*, que permeou o setor elétrico e ainda tem bastante importância no atual cenário, é a chamada *concepção hídrica*, na qual o atingido é o inundado. Nesta concepção são considerados, além dos proprietários de terra, também os não-proprietários – meeiros, posseiros, arrendatários. No entanto, esta concepção limita o alcance dos impactos do empreendimento hidrelétrico ao terreno inundado pela barragem, deixando de considerar vários aspectos dos impactos sócio-econômico-ambientais. A *concepção hídrica*, em outras palavras, somente incorpora ao grupo dos *atingidos*, aqueles que são deslocados compulsoriamente – proprietários ou não.

Os municípios, em geral, são particularmente beneficiados por essa concepção. A legislação referente às barragens que estabelece *compensações financeiras* aos municípios que tiverem parte de seu território inundado ajuda a fortalecer essa *concepção hídrica*. Na ótica de Vainer (2003):

(...) a consequência da concepção hídrica tem sido a sistemática omissão diante dos efeitos do empreendimento na vida de populações não atingidas pelas

águas, efeitos que podem ser, e em muitos casos têm sido, dramáticos. Na verdade, a concepção hídrica não é senão uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista, uma vez que continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor.

Com o objetivo de ilustrar a *concepção hídrica* apresentaremos dois exemplos. No primeiro exemplo destacamos o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente à UHE Estreito, localizada no rio Tocantins, na qual fica bem a clara a *concepção hídrica* de atingido por não considerar os municípios e as populações atingidas não-alagadas:

Dessa forma, os municípios que passam a ser diretamente atingidos pelo lago na cota 156 m, ou ter suas terras impactadas pela construção das obras da UHE Estreito, são: Estreito e Carolina, no Estado do Maranhão, e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no Estado do Tocantins.<sup>3</sup>

No segundo exemplo, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Pai Querê, no rio Pelotas (divisa dos Estados do Rio Grande Sul e Santa Catarina), ao definir a "área de influência direta" do empreendimento fez a seguinte afirmação:

Neste caso, os estudos para o meio-físico-biótico e da sócioeconomia, tiveram por base a escala cartográfica 1:50.000 e abrangeram as áreas de terra firme destinadas ao reservatório, infra-estrutura, áreas de empréstimo; bota-fora e canteiro de obras; e área do rio; pedreiras; canal de adução; casa de força, canal de fuga e barragens<sup>4</sup>.

Alguns órgãos internacionais se empenharam em compreender o que significava ser um *atingido por barragens* e chegaram a algumas importantes conclusões acerca do tema, ao trazer para os debates inovações conceituais de modo a superar as duas concepções anteriores. A *International Financial Corporation*<sup>5</sup> (IFC) na sua publicação *Resettlement Handbook*, introduz duas novidades que são as idéias de deslocamento físico e de deslocamento econômico. Nesta perspectiva, o primeiro se refere a "*recolocação física das pessoas resultante da perda de abrigo, recursos produtivos ou de acesso recursos produtivos*", e o segundo, "*resulta de uma ação que interrompe ou elimina o acesso*

<sup>3</sup> O Relatório de Impacto Ambiental da UHE Estreito foi elaborado pela CNEC Engenharia. O consórcio responsável pela Usina é formado pelas empresas Cia. Vale do Rio Doce (extração mineral), Alcoa (produção de alumínio), Camargo Corrêa (construção civil) e Billiton Metais (alumínio).

<sup>4</sup> O Estudo de Impacto Ambiental da UHE Pai Querê foi realizado pela Engevix. O consórcio responsável pela usina é formado pelas empresas Alcoa (alumínio), DME Energética e Votorantim (cimento).

<sup>5</sup> A International Financial Corporation constitui o braço privado do Grupo Banco Mundial.

de pessoas para recursos produtivos sem recolocação física das próprias pessoas” (IFC, 2001 apud VAINER, 2003). As novidades neste debate a que nos referimos acima dizem respeito: (a) quanto ao deslocamento físico, identificamos a referência à “perda ao acesso de recursos produtivos”, ou seja, não se trata somente dos inundados; e (b) quanto ao deslocamento econômico, aqui não se leva em consideração a conotação físico-territorial.

Neste documento da IFC fica clara a crítica à visão *territorial-patrimonialista* quando apontam que:

A falta de título legal da terra não desqualifica as pessoas para a assistência do Reassentamento. Os proprietários privados e possuidores de direitos assim como também qualquer pessoa que ocupe terra pública ou terra privada para abrigo, negócios, ou outras fontes de sustento devem ser incluídas no censo. (IFC, 2001. apud VAINER, 2003).

Outra importante instituição internacional, o Banco Mundial<sup>6</sup>, também se preocupou em romper com o patrimonialismo na seguinte afirmação:

Populações indígenas, minorias étnicas, camponeses e outros grupos que possam ter direitos informais sobre a terra e outros recursos privados pelo projeto, devem ser providos com terra, infra-estrutura e outras compensações adequadas. A falta de título legal sobre a terra não pode ser utilizada como razão para negar a esses grupos compensação e reabilitação (World Bank, 1994, Executive Summary, Box 1. apud VAINER, 2003).

Em 1997, o Banco Mundial, governos, empresas e organizações não-governamentais constituíram a Comissão Mundial de Barragens, independente, para avaliar as barragens construídas no mundo. Após dois anos de estudos e audiências, em novembro de 2000, a Comissão divulgou seu Relatório Final (*World Commission on Dams*, 2000). Nesta publicação a Comissão definiu o conceito de atingido da seguinte forma:

Deslocamento é definido aqui englobando tanto o ‘deslocamento físico’ quanto o ‘deslocamento dos modos de vida’. Em um sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infra-estrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a

---

<sup>6</sup> O Banco Mundial apresenta uma característica ambígua, pois se de um lado é, de longe, a principal agência internacional financiadora de grandes barragens nos países (semi) periféricos, do outro lado, há algum tempo vem publicando documentos criticando os impactos e prejuízos impostos em razão da implementação desses grandes empreendimentos.

montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso freqüentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar de alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o **termo atingido**, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento. (*World Commission on Dams*, 2000 p.102).

Nesse resgate que perpassou os diversos olhares a respeito do termo *atingido*, buscamos mostrar que o conceito de *atingido* varia no tempo e no espaço, e principalmente, varia também de acordo com quem o usa, demonstrando a tese de Vainer que o conceito está em disputa.

Para este artigo foi utilizado um conceito mais abrangente de *atingido*, que não foi contemplado nas concepções anteriores. Na nossa concepção ser *atingido* é, antes de tudo, uma *identidade*, em outras palavras ser *atingido* é se sentir *atingido*. Os empreendedores, em muitas vezes, não relevam nas suas avaliações as condições não-materiais da população, suas relações subjetivas com o território, e ainda, as relações simbólicas e/ou religiosas. Nas pesquisas de campo realizadas com as populações no Vale do Ribeira, em particular com as comunidades quilombolas, foram várias vezes citados os laços simbólicos com o território, notadamente a mata e o rio.

Julgo que seja pertinente apresentar aqui de que maneira o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) compreende o termo *atingido*. Para o movimento o importante, mais do que estabelecer um conceito definido conceitualmente, é romper com a definição dominante no setor elétrico, mas também em vários dos movimentos locais, de que atingidos seriam apenas os que fossem afogados. Assim, o movimento nacional, apesar de reconhecer que historicamente os afogados têm sido os que primeiro se mobilizam e, em geral, os que se mantêm à frente da luta (...) “*atingidos são todos os que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida*”<sup>7</sup>. (VAINER, 2004, p.203).

O movimento organizado antibarragens no Vale do Ribeira apresenta uma questão particular no que tange à identidade de *atingido*, pois é bastante comum utilizar a idéia de *ameaçado*. O MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens), que atua na escala local, utiliza a identidade de *ameaçado*, pois no entender da sua liderança entrevistada para este artigo, os *atingidos* são somente aqueles que foram afetados por uma barragem já instalada, enquanto os *ameaçados* são aqueles aquelas

---

<sup>7</sup> Esta definição de *atingido* fora deliberada no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em 1989.

populações que sofrem interferência de uma barragem que poderá ser construída, como no caso do Vale do Ribeira. Há uma relação bastante estreita entre o MOAB e o MAB, pois ambos participam de atividades em conjunto, além de existirem lideranças que são do MOAB e do MAB ao mesmo tempo. Contudo, há uma diferença no entendimento do que seria o termo *atingido*, pois o MAB nacional incorpora na concepção de *atingido* os *ameaçados* inclusive.

Para o MAB nacional, apenas a notícia de que uma barragem está por vir, já provoca perturbações nas comunidades próximas. Essas perturbações podem se traduzir, por exemplo para um pequeno agricultor, na retenção do investimento para a próxima temporada, e portanto, desde então um *atingido*.

### 3 O TERRITÓRIO

Já faz bastante tempo que os geógrafos dedicam seus estudos acerca da idéia de *território*, mesmo nos dias atuais na qual muitos cientistas sociais proclamam o “*fim dos territórios*”<sup>8</sup>, como nos lembra Rogério Haesbaert. Para Haesbaert, as ciências sociais, recentemente, “*promoveram uma verdadeira redescoberta do território*”<sup>9</sup>. O autor completa ainda, ressaltando a importância, na última década, assumida pelo debate acerca dos processos de “*des-re-territorialização*”. E, além do mais, no entender de Haesbaert, o que é mais incômodo é que há espaço tanto para defender o “*fim dos territórios*” quanto para defender a “*superabundância espacial*”. Outro geógrafo ao refletir sobre o papel dos *territórios* nos dias de hoje, Milton Santos, observa que “*o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as fraquezas, isto é, a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência*” (SANTOS, 2002, p.9). Ele acredita que por conta disso a Geografia enquanto ciência desempenha um papel privilegiado, pois nas suas palavras, esta se encontra na “*sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território*”. (SANTOS, *op cit*).

A despeito do meu destaque sobre os estudos sobre o *território* por parte dos geógrafos, estes nunca detiveram o monopólio das pesquisas a respeito desta categoria de análise; diversos economistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, e mesmo biólogos, dedicaram seu tempo debruçados sobre esta temática. O que nos esforçaremos para demonstrar é que o conceito que discutiremos é o

<sup>8</sup> BADIE, Bertrand. O Fim dos Territórios. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

<sup>9</sup> HAESBAERT (2002, p.18).

*território dos atingidos por barragens*. Entretanto, antes de analisarmos o *território* através desta ótica, buscaremos, em princípio, levantar algumas reflexões sobre este conceito.

Neste capítulo abordaremos a questão do *território* apenas na sua essência conceitual, apresentando as contribuições teóricas de três autores: Souza, Haesbaert e Santos. A partir destas contribuições acerca do conceito de *território* faremos uma discussão sobre o *território dos atingidos*.

Se investigarmos, com o intuito de descobrir como a palavra *território* se apresenta para o senso comum, nos depararíamos com a seguinte conclusão: para a maioria das pessoas, a primeira idéia que vem às cabeças quando tratamos do *território*, é a idéia de Estado-nacional. Isso é, sem dúvida, resultado de como o termo vem sendo trabalhado no imaginário popular ao longo do tempo. No Brasil, particularmente, a palavra *território*, em diversos períodos de nossa história, veio edificada através da construção de uma retórica oficial ufanista que apelava para o Brasil, enquanto um “*território de dimensões continentais*”, “*gigante pela própria natureza*”, “*pulmão do mundo*”, “*maior hidrelétrica do mundo*”, “*o território do Oiapoque ao Chuí*”, etc. Neste caso particular, a Geografia teve um papel fundamental na construção desse ufanismo, pois reproduzia esse discurso nas escolas e na academia. Todavia, o *território* é um conceito muito mais rico do que o território do Estado, como sugere o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (1995):

A palavra território normalmente evoca o território nacional e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governos, em dominação, em “defesa do território pário”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). (SOUZA, 1995, p.81).

Souza, buscando superar a visão do território-nacional, compreende o *território* como sendo “*um espaço definido e delimitado por e a partir relações de poder*”<sup>10</sup>. Esta definição se apresenta pertinente com o conceito de *território* que trabalhamos neste trabalho. Entretanto, não discutiremos neste momento essa questão, e sim posteriormente.

Para compreender o ponto nevrálgico da questão do *território*, Souza (1995, p.81) nos lembra que o conceito pode se apresentar em diversas escalas, não necessariamente vinculadas à figura do Estado, “*territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos*

---

<sup>10</sup> SOUZA (1995, p.78).

*países-membros da OTAN*). Outro importante elemento do território diz respeito a sua temporalidade, que tal qual quanto a sua escala, também se apresenta de maneira bem variável.

Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p.81).

Com o intuito de buscar uma outra perspectiva sobre o *território*, apresentaremos a contribuição de Milton Santos sobre esta questão. No entender deste autor, ao pensar o *território*, devemos pensar também na identidade, pois esta é um elemento central do território.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2002, p.10).

No texto “*Concepções de território para entender a desterritorialização*” de Haesbaert, o autor realizou um inventário acerca dos principais entendimentos sobre o que seria o *território* para as ciências sociais. Dentre os referenciais teóricos apontados pelo autor destacamos o “binômio materialismo/ idealismo”. No campo do materialismo, uma das concepções de *território* que mais influenciou os cientistas de maneira geral foi a idéia de *território* enquanto “fonte de recursos”, “meios materiais de existências”, na qual se preza simplesmente pelas características naturais do espaço. Não queremos dizer, contudo, que estas características estejam inteiramente superadas, já que muitas sociedades, as ditas “tradicionais”, ainda podem carregar fortes elos com os elementos naturais do território.

Ainda dentro do “binômio materialismo/ idealismo”, entretanto, em outro campo conceitual, há aqueles autores que enfatizam a perspectiva ideal-simbólica do *território*, ao tal ponto que afirmam que, a força da carga simbólica do *território* é tão forte que se torna um construtor de identidades. É o caso dos autores da citação abaixo:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-lo dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do

sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996, p. 13-14 apud HAESBAERT, 2002, p.23).

Há ainda um outro debate acerca do território que entende o *território* como algo “relacional”, fruto de relações sociais, como no caso de Souza (1995, p.81), já supracitado, “*uma relação de poder*”.

Buscando superar a dicotomia material/ ideal, o conceito de território que abordaremos nesse trabalho envolverá, ao mesmo tempo, uma dimensão material e um conjunto de representações sobre o espaço, ou o “imaginário geográfico” que move estas relações. Sendo assim, o território será definido como algo concreto, fisicamente palpável, investido de valores materiais, mas não apenas, somado a esses valores estariam os valores simbólicos, éticos e afetivos (OLIVEIRA e MARTINS, 2005). Na compreensão de Haesbaert (2002).

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. (HAESBAERT, 2002, p.26).

Já foi mencionado anteriormente que o objeto de estudo deste artigo é a construção de territórios pelos atingidos por barragens. A partir de agora em diante iremos tratar do *território*, mas não um *território* qualquer, e sim o *território dos atingidos por barragens*, especificamente.

Imagine esta situação hipotética, que chamaremos de *momento A*. Antes de um empreendimento hidrelétrico chegar a um determinado rio, a vida para as pessoas que dependem do rio transcorrem como de habitual. Os pescadores pegam os pescados para a sua própria alimentação e vendem o excedente nas feiras livres dos povoados mais próximos; os pequenos proprietários de terras próximos ao rio criam gado leiteiro e repassam os seus produtos (leite, queijos, iogurte) para a cooperativa da região, que por sua vez, vende para a cidade grande mais próxima; há ainda os pequenos produtores de hortaliças e legumes que abastecem boa parte dos arredores, além de vender também para a cidade; a única estrada que corta a região, não apresenta um fluxo intenso de veículos, contudo escoam toda a produção agrícola e leiteira dos povoados ao redor; o rio em questão, já foi bastante maltratado pelos detritos industriais à montante, no entanto, espécies de peixes nativas, e cada vez mais raras, insistem em sobreviver a despeito de todos os poluentes lançados ao rio diariamente; devemos alertar que um possível barramento do rio será o golpe final nessas espécies, pois elas não mais conseguirão subir o rio

para depositar os seus óvulos, e conseqüentemente, dar continuidade ao ciclo da espécie. Os personagens aqui tratados não apresentam nenhuma identidade em comum, muitos nem mesmo se conhecem.

Nessa situação hipotética, chegamos ao *momento B*. Através dos jornais, a população local toma conhecimento que um empreendedor do ramo da hidroeletricidade tem o interesse de instalar uma usina que inundará a maior parte das terras ribeirinhas, incluindo aí, os produtores agrícolas e leiteiros. Os pescadores não poderão mais exercer a profissão, pois os peixes e crustáceos que andavam escassos, desaparecerão de vez. Esta profissão que garante o seu sustento foi ensinada pelo seu pai, e que por sua vez, aprendeu com o seu avô. As cooperativas, provavelmente, fecharão as portas, já que os poucos produtores de leite que não terão as suas terras atingidas, não serão suficientes para a manutenção da cooperativa. A estrada será inundada, mas o empreendedor garante que construirá um desvio que aumentará o percurso em 20 km. Os moradores das grandes cidades vizinhas possivelmente nem perceberão que os produtos que costumavam consumir estão vindo de outras localidades. Este mesmo empreendedor divulga as notícias sobre a barragem nos jornais locais, apontando somente os “benefícios” da usina, pois este empreendimento gerará muitos MW de energia que ajudará no progresso da nação. Também serão gerados centenas de empregos, destes a maior parte da mão de obra será aproveitada nos próprios povoados circunvizinhos, mas tem uma ressalva, os empregos são temporários, somente enquanto durarem as obras.

No *momento C*, a população desconfiada inicia um processo de mobilização, ainda incipiente, em que ocorrem algumas reuniões entre os vizinhos. Chegam para participar deste processo ambientalistas e intelectuais das universidades, predispostos a alertar os potenciais atingidos, pois estão cientes que muitas dessas propagandas dos empreendedores não chegarão a ser cumpridas, como no caso de outras barragens pelo país afora. Pescadores se organizam e fundam a primeira associação de pescadores profissionais desta bacia, motivados principalmente pela ameaça que se aproxima. As assembléias são cada vez mais numerosas, e alcançam pessoas num raio que extrapola a área a ser alagada. A mobilização dos atingidos chama a atenção do movimento nacional antibarragens que envia representantes da direção para acompanhar o desenrolar dos fatos e passar um pouco da experiência adquirida em outros casos. As assembléias culminam numa marcha que conta com a participação de centenas de pessoas que entoam cânticos religiosos e palavras de ordem contra o empreendedor e a barragem. A marcha atrai os olhares da mídia local que até então os havia ignorado, e dentre as palavras de ordem desta marcha já podemos identificar a expressão “atingido”. Os personagens desta

situação hipotética (os pescadores, os pequenos agricultores, os produtores de leite, etc) já compartilham de uma mesma identidade, e mesmo que eles não pertençam a mesma categoria profissional, nem freqüentem a mesma igreja, hoje eles são *atingidos por barragem*, e continuam na luta para evitar que o seu maior patrimônio, o *território* onde cresceram e trabalham, acabe debaixo de galões de água.

Muitos dos elementos da situação hipotética acima se repetem pelas barragens do Brasil afora, o que faz dela nem tão hipotética assim. Entretanto, o que buscamos discutir aqui é a questão do *território do atingido*, que nos auxiliará na compreensão do capítulo seguinte, na qual será discutido como esses territórios são construídos. O primeiro fato a ser salientado é a contribuição de Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) quando este, ao defender a importância da carga simbólica do território, aponta que o próprio território é o principal construtor da identidade, no nosso caso a identidade de atingido. No *momento A* da nossa situação hipotética, obviamente não havia nem o território dos atingidos nem a identidade de atingido, pois não havia ainda a ameaça da hidrelétrica. Não havia fortes elementos que conferiam alguma unidade aos personagens. Já no *momento C*, após o processo de mobilização destes personagens, o elemento que passa a dar esta unidade, a identidade, é a iminência da hidrelétrica, e a partir daí, o território ameaçado é o que os unifica. Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) chegam admitir que a principal luta aqui é, na verdade, a luta pela sua própria existência. "*Perder o seu território é desaparecer*" (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996, p. 4).

Um outro ponto importante a ser tratado aqui é o sentido mais "relacional" do território, que condiciona Souza (1995, p.78) a entender o território como um "*espaço definido e delimitado por e a partir relações de poder*". No *território dos atingidos* também há este sentido relacional, pois o conflito pela posse do território entre os atingidos e as empresas barrageiras é no sentido de que função o território deve ter: a função de servir como palco para a geração de energia elétrica, ou a função de que havia antes da chegada do empreendimento, de sobrevivência dos personagens enquanto sujeitos históricos.

Apresentamos aqui os conceitos-chave que norteiam este artigo e discutimos de que forma podemos enxergar a luta dos atingidos por barragens através destes conceitos. E a partir deste ponto, daremos prosseguimento à discussão anterior ao desenvolver um diálogo com dois autores que já pesquisaram a relação entre o território e movimentos populares.

As contribuições de Bernardo Mançano Fernandes (1996) e Luiz Carlos Tarelho (1989) acerca de suas reflexões sobre a questão da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) nos guiaram nesta interpretação sobre a realidade dos atingidos por barragens. Cientes das distinções entre os dois grupos, sem-terra e atingidos, e distante de buscar entender a territorialidade dos atingidos por barragens sem levar em consideração as diferenças entre eles, consideramos alguns aspectos desta reflexão teórico-conceitual no que tange a territorialização desses personagens.

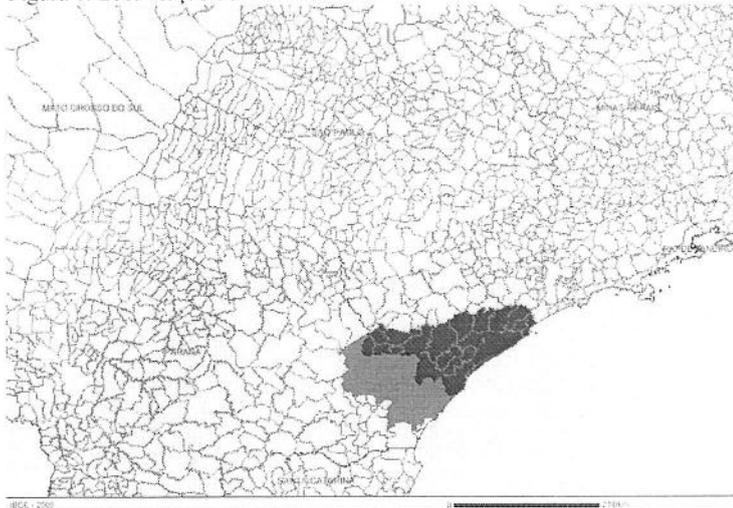
Os pesquisadores Tarelho e Fernandes buscaram, através dos seus estudos acerca do MST no Estado de São Paulo, compreender a dinâmica da construção de territórios por parte deste movimento social. A nossa pesquisa, por outro lado, se esforçou por resgatar esses conceitos e incorporá-los à nossa reflexão sobre os movimentos de atingidos por barragens. Este se torna justamente o nosso grande desafio. Conceber as contribuições teóricas cunhadas por Tarelho, desenvolvidas por Fernandes e aplicá-las às nossas interpretações a respeito dos atingidos por barragens sem, contudo, distorcê-las de seu referencial teórico.

Nesta exata questão, a territorialização, o conceito que trabalhamos nesta pesquisa, é compreendida aqui como, portanto, a luta para resistir no território e para não perder os elos de identidade com o território.

#### 4. O MOVIMENTO ANTIBARRAGENS NO VALE DO RIBEIRA

Antes de tratarmos do movimento antibarragens no Vale do Ribeira apresentaremos algumas informações importantes acerca da região em questão.

Figura 1. Localização do Vale do Ribeira



O Vale do Ribeira está situado nas porções sudeste do estado de São Paulo e nordeste do estado do Paraná. Tanto do lado paulista quanto do lado paranaense é a região de menor desenvolvimento sócio-econômico. A região é caracterizada por um baixo índice de industrialização, por uma agricultura pouco mecanizada e de subsistência, e somam-se a isso dados de qualidade de vida, como por exemplo, taxas

de mortalidade infantil e acesso a saneamento básico piores às outras regiões dos dois estados. De toda mata atlântica original no território nacional resta ainda por volta de 5 a 8%. Destacamos que cerca de

um quinto desta mata remanescente se encontra no Vale do Ribeira (2,1 milhões de ha, segundo Corbani, 2005). Quanto ao rio Ribeira do Iguape, dentre os passíveis de terem aproveitamentos hidrelétricos, este é o único rio não barrado no estado de São Paulo. Ressaltamos ainda que, do ponto de vista geológico, no Vale estão localizadas importantes formações cársticas (cavernas) de interesse turístico.

Apenas esta breve caracterização acima já seria suficiente para chamar a atenção desta região. No entanto, outros elementos marcam o Vale. Nas margens do rio Ribeira do Iguape, e próximas a elas, estão localizadas importantes comunidades remanescentes de quilombos. Os quilombos são “comunidades formadas por descendentes de negros africanos, vítimas do trabalho escravo” (Almeida, 2005) ou ainda “a toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (Corbani, 2005).

O procedimento de titulação das terras quilombolas está submetido à aplicação do Artigo 68 do Constituição, que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Estima-se que cerca de duas mil comunidades ru-



rais atualmente são descendentes de escravos no Brasil e, portanto têm o direito de ter reconhecido seu território como território quilombola perante a lei. Até 2003 foram mapeadas 843 comunidades quilombolas em todo o Brasil, sendo que somente 47 foram reconhecidas e 29 receberam o título de suas terras. (ALMEIDA, 2005). No Vale do Ribeira, há por volta de 30 comunidades.

Segundo Lemos (2005), a luta contra a barragem começa no início de 1987 quando é tornado público que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) pretende instalar um empreendimento hidrelétrico no rio Ribeira.

O conflito social pela apropriação e uso de recursos naturais territorializados, tinha um forte componente cultural e simbólico, especialmente relacionados aos seguintes aspectos: i) a vegetação da bacia do rio Ribeira do Iguape é composta basicamente de Mata Atlântica, bastante conservada do ponto de vista ambiental; ii) o rio Ribeira do Iguape é o único que corre livre de barramentos em todo o Estado de São Paulo; e iii) a presença de comunidades remanescentes de Quilombos à jusante da barragem inseriu mais um elemento sócio-cultural à disputa, visto que estas comunidades têm seus direitos garantidos por lei. (LEMOS, 2005).

Há uma questão proeminente no vale do Ribeira, a contradição entre os baixos índices de desenvolvimento sócio econômico e a oferta de recursos naturais. (LEMOS, 2005). Destaca-se, portanto, dois tipos de conflitos: os conflitos pela propriedade da terra e pela utilização dos recursos ambientais (não só pela apropriação, mas também a maneira desta apropriação).

Como mostra a figura 2, há a possibilidade da construção de quatro barragens nesta região (pela ordem de montante à jusante – Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batal), o que contribuiu para acentuar esses conflitos. O conjunto das quatro potências instaladas seria da ordem de 539 MW.

A concessão do aproveitamento hidrelétrico para o empreendimento de Tijuco Alto foi solicitada no início da década de 1980 ao governo federal pela CBA e concedida em 1988. Toda a produção hidroelétrica não seria destinada à sociedade em geral, e sim ao complexo industrial da CBA instalado a mais de 300 km, nas proximidades de Sorocaba, no estado de São Paulo.

As comunidades que seriam afetadas organizam o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) em São Paulo. Do lado paranaense, foi organizado a Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira, contudo neste artigo nos deteremos apenas à primeira organização. O MOAB, desde a sua fundação, se posiciona contra o empreendimento, alegando que o benefício social do empreendimento era muito duvidoso em relação aos prejuízos que poderia causar ao meio ambiente e às populações locais. A criação do movimento é o primeiro expressivo passo no processo de tomada de consciência. O momento que antecede a emergência do MOAB é o espaço na qual se desenvolveram experiências pedagógicas que tornaram claras as relações de poder e os conflitos sociais. É, portanto, a primeira etapa no sentido da construção de uma identidade, um território, isto é, a territorialização.

Segundo Lemos (2005), o MOAB adotou como estratégia a organização de atos públicos em diferentes cidades, inclusive fora do vale do Ribeira, atuando em conjunto com organizações

ambientalistas e instituições da sociedade civil, com forte apoio do MAB para chamar a atenção de autoridades e da população em geral. Durante todo o processo de luta, o MOAB também buscou alianças com sindicatos (por exemplo o Sintravale), entidades e ONGs, buscando construir oportunidades de manifestação e mobilização, recusando-se a aceitar qualquer alternativa que incluísse a construção das barragens.

A territorialização dos atingidos, em particular os atingidos pelos projetos de quatro barragens no rio Ribeira, é aqui compreendida, como já apontada anteriormente, como a luta em permanecer no território, e esta luta, construtora de um território, é também geradora de identidade, os *atingidos*, no caso particular do Vale do Ribeira, *ameaçados*. Se aceitarmos que, como afirma Haesbaert (2002), territorializar-se é construir territórios, qual seria o território construído dos atingidos pelas barragens do Ribeira? O território, por conta do sentido relacional (relação de poder), nem sempre apresenta limites bem definidos, claramente delimitados, e por conta disso, torna-se uma tarefa difícil delimitar o território dos atingidos pela barragem, todavia, é claro para nós que este território se estende a todos que se identificam com a luta, que se sentem atingidos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo final do curso de especialização tentou compreender a dinâmica da territorialização dos atingidos por barragens, destacando a passagem da luta contra as barragens no Ribeira, com o intuito de ressaltar a importância do entendimento a respeito da realidade dos atingidos.

A necessidade de elaborar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA) para todo empreendimento hidrelétrico foi uma das principais conquistas dos movimentos ambientalistas e de atingidos por barragens, porém estes têm se transformado em instrumento para propagandear as grandes barragens. Todos os empreendimentos que visam a produção de hidroeletricidade, de acordo com as legislações em vigor, são obrigados a elaborarem os EIAs, que por sua vez tem por objetivo apresentar os possíveis impactos sócio econômicos e ambientais na localidade onde serão construídas. As pesquisas realizadas no laboratório ETTERN e para este artigo foi o suficiente para mostrar-nos que os EIA/ RIMAs, normalmente, subestimam o número de famílias deslocadas compulsoriamente, abrandam e/ou desqualificam os reais impactos sócio econômicos nas comunidades locais, apresentam números referentes à geração de energia elétrica que não são alcançados, atenuam as informações sobre os impactos sobre a fauna e a flora, implicando muitas vezes em na redução da biodiversidade, na

maioria das vezes as indenizações por propriedades e benfeitorias inundadas estão aquém dos preços de mercado.

Segundo Vainer (2004),

“(…) a leitura destes capítulos [dos EIA/ RIMA] revela-se experiência extraordinariamente monótona: por mais diferentes que sejam as realidades econômicas, políticas, culturais e sociais das áreas onde as barragens serão implantadas, os estudos se parecem uns com os outros tanto quanto duas gotas das águas que serão represadas”.

No entanto, a questão sobre estes Estudos de Impacto Ambiental não diz respeito somente a qualidade sob a qual estes são feitos, mas principalmente a uma outra questão muito mais importante. As empresas envolvidas na elaboração dos EIAs parecem estar muito mais preocupadas na aprovação dos empreendimentos hidrelétricos do que na preservação dos meios ambientais e sociais (ou redução dos seus impactos). A lógica que direciona estes estudos, e não poderia ser diferente, é a lógica do mercado; uma empresa que se confrontasse com a hipótese da não-execução do projeto, dificilmente seria contemplada em participar de qualquer outro projeto e, portanto, estaria fadada à falência.

Todo modelo energético tem seu preço. A energia termoelétrica tem por característica a poluição atmosférica. Por sua vez, a energia nuclear conta com os riscos de contaminação radioativa no caso da ocorrência de alguma grande falha. A energia hidrelétrica, tida como “limpa”, produz irreversíveis impactos sobre a fauna e flora locais, além de deslocar compulsoriamente muitas famílias. Mesmo as energias alternativas, a eólica e a solar têm o seu custo, em função de seu baixo desenvolvimento tecnológico. Deste modo, o que este trabalho tentou deixar bem claro é a importância de se estudar a realidade que cerca os Atingidos por Barragens, contribuindo de alguma forma, em informar a sociedade brasileira sobre os custos que certas famílias pagam, notadamente as menos favorecidas, para manter o modelo energético do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Amanda Barretta. **Barragens no contexto quilombola. Identidade, luta e modernização: o caso dos quilombos do Vale do Ribeira – SP.** In: Encontro Ciências Sociais e Barragens, 2005.

BONNEMAISON, J e CAMBRÉZY, L. **Le Lien Territorial: Entre Frontières et Identités.** Geographies et Cultures 20. Paris, L’Harmattan-CNRS.

CBA. Companhia Brasileira de Alumínio. **Relatório de Impacto Ambiental UHE Tijuco Alto**. CNEC engenharia: São Paulo, 2005.

CORBANI, Miriam. **O caso das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paulista**. In: Encontro Ciências Sociais e Barragens, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. Ed. HUCITEC: São Paulo, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton. et al.. (Org.). Território Territórios. 1 ed. Niterói, 2002, p.17-38.

LEMONS, Chélen Fischer. **O Rio Ribeira do Iguape continua correndo livre: quinze anos de luta contra a barragem de Tijuco Alto**. In: Encontro Ciências Sociais e Barragens, 2005.

OLIVEIRA, Raquel de Lucena e MARTINS, Renato D. Fialho. **A Construção de Territórios e os Movimentos de Atingidos por Barragens**. Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Presidente Prudente, SP. 2005.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. **Direito à terra entre os remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira do Iguape: dinâmicas sociais e territoriais em face de políticas ambientais e projetos de barragens**. Disponível em: [www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/2/Renata\\_Medeiros\\_Paoliello.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/2/Renata_Medeiros_Paoliello.pdf), no dia 06 de outubro de 2006.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. In: SANTOS, Milton et al.. (Org.). Território Territórios. 1 ed. Niterói, 2002, p.10-15.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/ UFRJ (Comunicação N° 9), mimeo, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de. et al (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

TARELHO, Luiz Carlos. **O Movimento Sem Terra de Sumaré: Espaço de Conscientização e de Luta pela Posse de Terra**. Revista Terra Livre 6. Território e Cidadania: da luta pela terra ao direito à vida. Associação dos Geógrafos Brasileiro. Editora Marco Zero, São Paulo-SP, 1989. pp.93-104.

VAINER, Carlos Bernardo. **Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil**: p.185 – 215. In: Justiça ambiental e cidadania / Org.: Acselrad, H.; Herculano, S.; e PÁDUA, J., Ed. Relume - Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_, Carlos Bernardo. **O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2003.

WCD. **Relatório da Comissão Mundial de Barragens**. World Commission on Dams, 2000.

